



Consulta Prévia

COP N.º 003/FCM-UNL/2021

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CÓPIA E IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA A FCM | NMS DA UNL

CONVITE

Artigo 1.º

Entidade Adjudicante e Entidade Instrutora

A entidade adjudicante é a Universidade Nova de Lisboa, pessoa coletiva n.º 501559094, com sede em Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, sendo a entidade instrutora do procedimento a sua Unidade Orgânica Faculdade de Ciências Médicas| Nova Medical School, sita no Campo Mártires da Pátria, n.º 130, em Lisboa, com o número de telefone 218 803 000 e com o endereço eletrónico compras@nms.unl.pt

Artigo 2.º

Objeto e Tipo de Procedimento

O presente procedimento tem por objeto a locação de equipamento de cópia e impressão e serviços conexos para a NMS | FCM-UNL incluindo, software de gestão, assistência técnica e fornecimento de consumíveis, conforme especificidades elencadas no Caderno de Encargos e seus anexos, através de Consulta Prévia, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é de Sua Ex.^a o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas/ NOVA Medical School da Universidade NOVA de Lisboa, no uso das suas competências próprias por nomeação conforme Despacho n.º 159/2018 de 13.12.2017 e publicado no Diário da República n.º 2/2018, Série II de 2018-01-03, e nos termos da alínea b) do n.º 1 artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99 de 08.06 e do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto (Código dos Contratos Públicos).

Artigo 4.º

Admissão de Concorrentes

Sem prejuízo do previsto no artigo 55.º - A, serão admitidas a concurso as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 5.º**Disponibilização do procedimento**

O procedimento é integralmente disponibilizado e tramitado na plataforma electrónica de contratação pública AcinGov.

Artigo 6.º**Júri do Procedimento**

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do Convite.
2. Ao Júri do procedimento compete proceder à apreciação das propostas de acordo com o critério de adjudicação, à elaboração do Relatório Preliminar, à Audiência Prévia dos concorrentes e à elaboração do Relatório Final.

Artigo 7.º**Esclarecimentos e erros e omissões**

1. Os esclarecimentos sobre as peças de procedimento são da competência do júri, sendo que a aceitação dos erros e omissões do caderno de encargos são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os interessados podem solicitar os esclarecimentos e devem apresentar a lista de erros e omissões do caderno de encargos durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 50.º do Código de Contratos Públicos.
3. Na lista devem identificar, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
4. Os pedidos de esclarecimentos e a apresentação da lista de erros e omissões devem ser submetidos através da plataforma electrónica de compras públicas.
5. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior e a aceitação da lista de erros e omissões serão prestados pela mesma via, até ao fim do

segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data dará lugar à prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas.

6. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas será adequadamente prorrogado.

7. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado e da decisão de aceitação das listas de erros e omissões, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas do procedimento e proceder-se-á à notificação via plataforma electrónica de compras públicas de todos os interessados da sua existência e dessa junção.

8. Quando as retificações ou a aceitação dos erros e omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

9. Excetuam-se do disposto no presente artigo, os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

Artigo 8.º

Documentos da proposta

1. Para além de outros documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória, **sob pena de exclusão**:

1.1 **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos** elaborado em conformidade com o disposto na alínea a) do nº1 do artigo 57º do CCP, cfr. **Anexo I** ao presente convite.

1.2 **Proposta de Preço**, elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste convite (Modelo de proposta) de acordo com a alínea b) do nº1 do artigo 57º do CCP, onde devem constar os atributos da proposta, incluindo preço unitário s/IVA de cada equipamento, preço global da proposta (s/IVA), prazo de implementação, preço por cópia e impressão, monocromática e a cores, tudo de acordo com os preços máximos unitários de cada serviço;

1.3 Fichas técnicas do equipamento proposto;

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com excepção dos documentos enunciados no ponto 1.3 que dada a sua especificidade técnica podem ser apresentados em língua inglesa, nos termos previstos nos números 2 e 3 do artigo 58.º do CCP.

3. As declarações mencionadas no n.º 1 devem ser assinadas pelos concorrentes ou por representante que tenha poderes para o obrigar, que deverá ser comprovada com apresentação de documento que o afirme.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 10.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

1. As propostas deverão ser através da plataforma electrónica de compras públicas. no prazo de **8 dias** a contar da data do envio do convite.

2. Todos e cada um dos documentos submetidos na Plataforma Eletrónica devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.os 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma.

3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

4. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários

documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.

Artigo 11.º

Prazo de manutenção de propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

Artigo 12.º

Preço base

O preço base para efeitos do presente procedimento é de **€ 74.963,52** (setenta e quatro mil novecentos e sessenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos), com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Artigo 13.º

Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na vertente de avaliação qualidade/preço nos termos da alínea a) do artigo 74.º do CCP tendo em conta os seguintes fatores e respetiva ponderação:

a) Preço da Proposta (PP) - 95%;

b) Prazo de fornecimento – (PF) 5% de acordo com o subfactor seguinte:

i. Prazo de fornecimento do equipamento de acordo com o Artigo 20.º do Caderno de Encargos;

2. A Classificação da Proposta (CF) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{CF = PP \times 95\% + PF \times 5\%}$$

Em que,

CF – Classificação Final da Proposta

PP – Classificação do fator Preço da Proposta

PF – Classificação do fator Prazo de Fornecimento

2.1 - O fator **PP – PREÇO DA PROPOSTA** (95%) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{PP = ((Pubase - Pupr) / Pubase) * 100}$$

Em que,

Pubase – preço base unitário mensal para o conjunto dos equipamentos conforme consta do Artigo 6.º do caderno de encargos (s/IVA)

Pupr – Preço unitário da proposta (exceto IVA)

2.2 - O fator **Prazo de Fornecimento (PF)** (5%) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$PB = ((X - PFp) / X) * 100$$

Em que,

X – Prazo máximo para o fornecimento do Bem de acordo com o Artigo 21.º do Caderno de Encargos;

PFp – Prazo de Fornecimento proposto

3 Havendo empate classificativo será dada preferência à proposta que apresentar maior pontuação no preço unitário.

4 Mantendo-se o empate classificativo será dada preferência à proposta que apresentar maior pontuação no prazo de fornecimento.

5 Após cumprimento dos números anteriores e caso se mantenha o empate classificativo das propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo Júri na presença de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

6 Os concorrentes serão notificados da data, hora e local do sorteio com antecedência de 2 dias. Os concorrentes deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação.

Artigo 14.º

Audiência Prévia

Após a elaboração do relatório preliminar de análise das propostas, o mesmo será enviado a todos os concorrentes, fixando um prazo de 3 dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, previsto no artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º

Notificação da decisão de adjudicação

A decisão de adjudicação será notificada ao abrigo do artigo 77.º do CCP ao concorrente acompanhada do prazo para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP e ainda, para se pronunciar sobre a minuta de contrato nos termos definidos nos artigos seguintes.

Artigo 16.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação indicados no n.º 1 do artigo 81.º do CCP através da Plataforma Eletrónica, e, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
2. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
4. O adjudicatário deve entregar através da plataforma electrónica de compras públicas AcinGov no prazo de 3 dias úteis a contar da notificação de adjudicação:
 - 4.1 Declaração conforme **Anexo III** ao presente convite relativo ao compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses;
 - 4.2 Declaração emitida conforme modelo constante no **Anexo IV** ao presente convite;
 - 4.3 Ficha de Fornecedor, conforme modelo constante no **Anexo V** ao presente convite;
 - 4.4 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

4.5 Declaração de confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos, condições ou termos da proposta adjudicada.

4.6 Certidão Permanente do Registo Comercial;

4.7 Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso;

5. A apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objecto do contrato a celebrar, ainda que não constem do convite, poderá ser solicitada ao adjudicatário, fixando um prazo para o efeito.

6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.

7. Da apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário serão notificados, em simultâneo, todos os concorrentes.

8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 17.º

Caução

Para efeitos do presente procedimento contratual e do Contrato a celebrar, a NMS|FCM renuncia ao direito de exigir caução ao Adjudicatário.

Artigo 18.º

Minuta de Contrato

1. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário com vista à sua aceitação ou eventual reclamação.

2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

(Modelo da proposta de preço)

ANEXO II - CONSULTA PRÉVIA Nº 003 /FCM-UNL/2021			
Modelo de Apresentação de Proposta			
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CÓPIA E IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA A FCM NMS DA UNL			
células de preenchimento obrigatório			
Alerta: Apresentação de preços com 2 casas decimais. Para efeitos de Pontuação Final serão consideradas 2 casas decimais.			
1. Identificação do concorrente			
Denominação Social			
NIF			
2. Preços Base			
Preço Base do procedimento (s/IVA)	74 963,52		
	Preço base mensal (s/IVA)	MESES	Preço total de referência
Locação de 31 equipamentos de cópia e impressão - ANO 2021	1 292,820 €	6	7 756,920 €
Locação de 31 equipamentos de cópia e impressão - ANO 2022	1 292,820 €	12	15 513,840 €
Locação de 31 equipamentos de cópia e impressão - ANO 2023	1 292,820 €	12	15 513,840 €
Locação de 31 equipamentos de cópia e impressão - ANO 2024	1 292,820 €	6	7 756,920 €
	Preço base unitário (s/IVA)	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	Preço total de referência
Cópias a preto	0,0035 €	27500	96,250 €
Cópias a cores	0,0295 €	23500	693,250 €
TOTAL			74 963,52 €
3. Proposta			
Preço Proposto (s/IVA)	0,00 €	Preço Proposto (c/IVA)	0,00 €
Classificação Final da Proposta = PP x 95% + PF x 5%		Excluído - falta valores de atributos	
Pontuação Fator "Preço Proposto" (PP) %			
$PP = ((P_{mensalbase} - P_{pr}) / P_{mensalbase}) \times 100$			
Descrição	Preço unitário mensal proposto s/IVA	MESES	Total do Preço proposto
Locação de 31 equipamentos de cópia e impressão		1	
TOTAL			0,00 €
Pontuação Fator "Preço Proposto" (PP) %		100,00%	
Pontuação Fator "Prazo de fornecimento" (PF) %			
$PF = ((30 - P_{fp}) / 30) \times 100$			
Descrição	Prazo de Fornecimento Proposto (DIAS)	Pontuação	
Prazo de fornecimento			
TIPOLOGIAS DE EQUIPAMENTOS A LOCAR	Preço Unitário Mensal Proposto por tipologia extra		
TIPOLOGIA I			
TIPOLOGIA II			
TIPOLOGIA III			
TIPOLOGIA IV			
TIPOLOGIA V			
TIPOLOGIA VI			

Anexo III**COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE E AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

Considerando que:

A - Segunda Contratante foi escolhida para fornecer **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CÓPIA E IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA A NMS | FCM-UNL** INCLUINDO, SOFTWARE DE GESTÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS (adiante designados por 'Bens/Serviços'), à Primeira Contratante, tal como mais detalhadamente se contém no clausulado do Contrato;

B – Atendendo à missão e aos objectivos de interesse público da Primeira Contratante, bem como à prossecução do princípio da igualdade de acesso dos interessados aos procedimentos de formação dos contratos públicos, é essencial à formação da sua vontade de contratar a aquisição dos Bens/Serviços, bem como de manter a respectiva prestação, a inexistência, actual ou superveniente, de conflitos de interesse por parte da Segunda Contratante;

C – Para efeitos da prestação dos Bens/Serviços, ou no âmbito desta, a Segunda Contratante pode ter acesso a Informação Confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela Primeira Contratante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Bens/Serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, directa ou indirectamente, com a execução de atribuições e competências ou a actividade da Primeira Contratante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pela Segunda Contratante, no âmbito da prestação dos Bens/Serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objecto de publicitação por força de disposição legal;

D - Em caso de dúvida, são tratados como Informação Confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos Bens/Serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida, em que a própria Primeira Contratante os torne públicos;

Artigo 1.º

A Segunda Contratante declara que a prestação dos Bens/Serviços não é afectada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direcção, ou qualquer colaborador directamente envolvido na prestação dos Bens/Serviços, tenha, com qualquer outra entidade. Para os efeitos do presente termo, existirá conflito de interesses sempre que as relações entre a Segunda Contratante e esta entidade comprometam, real ou potencialmente, a realização do princípio de igualdade entre interessados ou concorrentes e possam determinar a impugnação de concursos ou procedimentos adjudicatórios com fundamento na violação desse princípio.

Artigo 2.º

A Segunda Contratante obriga-se a usar de um grau elevado de rigor na detecção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no artigo anterior.

Artigo 3.º

A Segunda Contratante obriga-se a notificar de imediato a Primeira Contratante em caso de se verificar em momento posterior qualquer situação enquadrável no artigo 1.º, bem como, a lhe facultar, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação do consagrado no artigo 2.º.

Artigo 4.º

A Segunda Contratante obriga-se a:

1. Observar absolutos deveres de sigilo e confidencialidade quanto a Informação Confidencial da Primeira Contratante;
2. Proteger a Informação Confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
3. Na sua organização interna para a prestação dos Bens/Serviços, limitar a comunicação da Informação Confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
4. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absolutos sigilo e confidencialidade em relação à Informação Confidencial;
5. Não proceder a qualquer cópia de Informação Confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos Bens/Serviços;
6. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela Primeira Contratante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Serviços, mesmo que não sejam de considerar Informação Confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Bens/Serviços;
7. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidos pela Primeira Contratante, mesmo que não sejam Informação Confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.

Artigo 5.º

A Segunda Contratante obriga-se a não incluir em equipas de trabalho que, eventualmente, venha a constituir para a prestação de serviços com idêntico objecto a entidades terceiras, qualquer dos seus agentes, funcionários ou colaboradores que participem em qualquer das actividades relacionadas com a prestação dos Bens/Serviços, ou que, por qualquer outra via, possam ter acesso a dados e informações obtidos exclusivamente pela sua intervenção na referida prestação.

Artigo 6.º

A Segunda Contratante aceita que, em caso de:

1. Falsidade demonstrada da declaração constante do artigo 1.º; ou
 2. Grave violação dos deveres assumidos no artigo 2.º e ausência de comprovação de medidas adoptadas para corrigir a situação, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar; ou
 3. Manutenção de situação prevista no artigo 3.º, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar para a remediar; ou
 4. Não cumprimento pontual de qualquer das obrigações que resultam dos artigos 4.º e 5.º;
- pode a Primeira Contratante, independentemente dos termos constantes do Contrato, resolver o referido Contrato, sem prejuízo da responsabilidade em que incorra perante a Primeira Contratante.

Artigo 7.º

A Segunda Contratante obriga-se a cumprir pontualmente todas as obrigações previstas nos artigos 4.º e 5.º por um prazo de 5 anos, a contar da finalização da prestação dos Serviços.

Segunda Outorgante

Anexo IV

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP]

1 — _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de _____ (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário no procedimento de _____ n.º _____ /20 [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código de Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, de _____ de _____

Assinatura (s) _____

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽⁵⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁽⁶⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽⁷⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽⁸⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽⁹⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹⁰⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Anexo V

Boletim de Identificação do Fornecedor

Número Fiscal de Contribuinte

Nome _____

Morada _____

Local _____

Código Postal

Repartição das Finanças

Telefone

Fax

Contacto

Banco

Balcão

Número de Conta

Observações ____IBAN____

O Responsável

Anexo a juntar com a ficha de fornecedor:

- 1) Comprovativo bancário do IBAN onde consta o titular da conta